



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2015

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, e por intermédio da sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de seus Acionistas e da sociedade em geral o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2015.

A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma empresa de economia mista, sendo o Estado do Tocantins seu acionista majoritário. Com a missão social de fomentar o desenvolvimento sustentável do Tocantins, viabilizando investimentos graças a soluções financeiras e estratégicas para gerar emprego, renda e competitividade para a economia tocantinense. Dessa forma, no nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços dos executivos da Agência de Fomento é financiar projetos de desenvolvimento, exclusivamente no Estado do Tocantins, gerando emprego e renda para os setores agropecuário, comercial, industrial e de serviço e também para as micro, pequenas e médias empresas.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O semestre de 2015 representa um marco na história da Agência de Fomento do Tocantins como instituição indutora do desenvolvimento econômico e social no Estado. A Agência elaborou um Programa de Trabalho para o período 2015/2016, onde tem como prioridade a atuação como partícipe do processo de desenvolvimento regional, com ênfase nas regiões mais carentes, com vista à redução do desequilíbrio inter-regional. Quanto ao desenvolvimento regional, serão consideradas prioritárias regiões deprimidas como Bico do Papagaio, Jalapão e Sudeste, que embora possuam enorme potencial econômico, não conseguiram até agora superar as suas deficiências, onde serão viabilizados projetos integrados que contemplem apoio institucional, assistência técnica e crédito. Outro espaço que será contemplado por outras razões diferentes das chamadas regiões deprimidas, é o entorno de Palmas, integrado pelas Microrregiões polarizadas por Miracema, Porto Nacional, Paraíso e Aparecida do



Rio Negro, priorizado por razões estratégicas para evitar o inchamento da capital, ao criar-se a infraestrutura necessária nesse entorno.

O quadro funcional foi ampliado e qualificado. Foi implantado um novo plano de cargos e salários. Diversas parcerias foram firmadas para otimizar processos e o uso dos recursos, para ampliar o acesso ao crédito de baixo custo por empreendedores de todas as regiões do Estado. Focada na missão estratégica de “financiar projetos que favoreçam o desenvolvimento sustentável do Tocantins”, a instituição busca agora novas fontes de captação de recursos e novos modelos de financiamento, para que os municípios e o Estado possam promover obras para atrair novos empreendimentos e melhorar a renda e a qualidade de vida dos tocantinenses.

Ações de visitas nos municípios

A Agência de Fomento, na ação “Atuação no Interior” no primeiro semestre, fez visitas a 12 municípios para a realização de palestras e atendimento individuais que são eles: Palmas, Paraíso, Miranorte, Araguatins, Palmeiras do Tocantins, Pau D’arco, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Colinas, Bandeirante, Nova Olinda e Brasilândia.

Dos 12 municípios, os quatro primeiros tiveram ações repetidas, haja vista que já tinham sido atendidas no ano anterior.

Para efeito de metas pelo ISA, o número de municípios repetidos não serão computados salvo a quantidade de participantes em palestras e nos atendimentos às empresas. Assim:

Municípios visitados= total 12

Municípios repetidos= total 04

Municípios visitados pelo ISA= **08**

Municípios visitados ISA = 08 representando 19% das metas

Total de participantes nas palestras = 217

Total de atendimentos = 149

RESULTADO DA AÇÃO = 42 CRÉDITOS

RESULTADOS EM VALORES = R\$ 6.600.386,00

Meta = 42 municípios – 08 municípios visitados = 34 municípios faltantes



GESTÃO ORGANIZACIONAL

Gestão de Risco

A Agência de Fomento possui uma Coordenadoria responsável pela gestão de riscos da organização, englobando os riscos de crédito, mercado e operacional. O modelo de controle interno adotado vem descrito na Resolução Fomento n.º 095/2011. O modelo de gestão de riscos e controles internos implementados utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles.

A implementação do processo de gestão de risco e controles internos utiliza a arquitetura elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A gestão do risco de crédito da Agência de Fomento tem a finalidade de acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito. São utilizados modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da Governança Corporativa.

A Coordenadoria de Riscos e Compliance, na função de Gestora do Risco de Mercado, tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk – VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a instituição manteve o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.



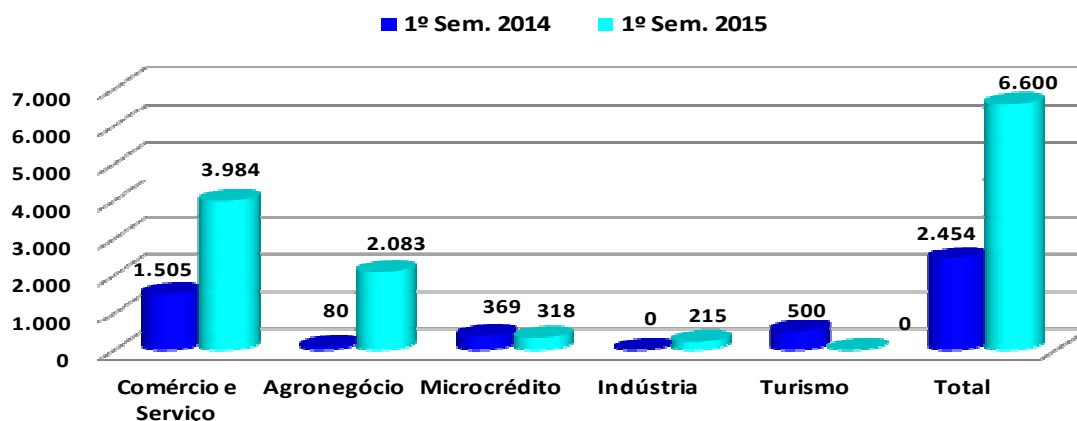
DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações de Crédito

No 1.º semestre de 2015 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 6.600 milhões em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, representando um salto de 169% com relação ao 1.º semestre de 2014.

Alavancou R\$ 3.984 milhões em operações de crédito na linha de Comércio e Serviços, representando um crescimento de 164,72%. Na linha de Agronegócio foi liberado um montante de R\$ 2.083 milhões, ao passo que no 1.º semestre de 2014 houve apenas R\$ 80 mil em liberações nessa mesma linha de crédito. O Microcrédito beneficiou empreendedores formais e informais, liberando R\$ 318 mil para esse segmento e a Indústria foi contemplada com R\$ 215 mil:

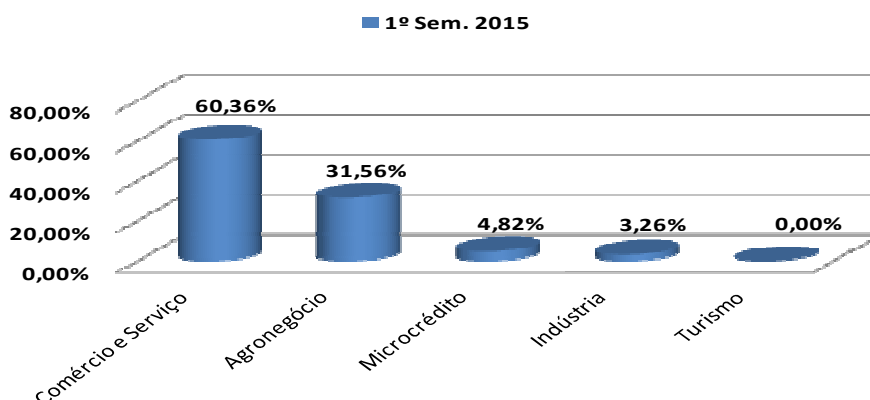
Operações por Linha de Crédito (em R\$ mil)



O montante liberado no 1.º semestre de 2015 registrou uma média de liberações de R\$ 147 mil por empreendedor. Do total de liberações, 60,36% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 31,56% para o Agronegócio, 4,82% para o Microcrédito e 3,26% para a Indústria:



Liberações de Crédito / Linha de Crédito (%)



▪ Liberações de Crédito por Município

Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 14 municípios tocantinenses, com destaque para Palmas, que alavancou R\$ 5.389 milhões em operações de crédito, correspondendo a 81,65% do montante liberado no 1.º semestre de 2015. E seguida está o município de Conceição do Tocantins, com R\$ 500 mil, correspondendo a 7,58% do montante liberado:

LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIO 1.º Semestre de 2015

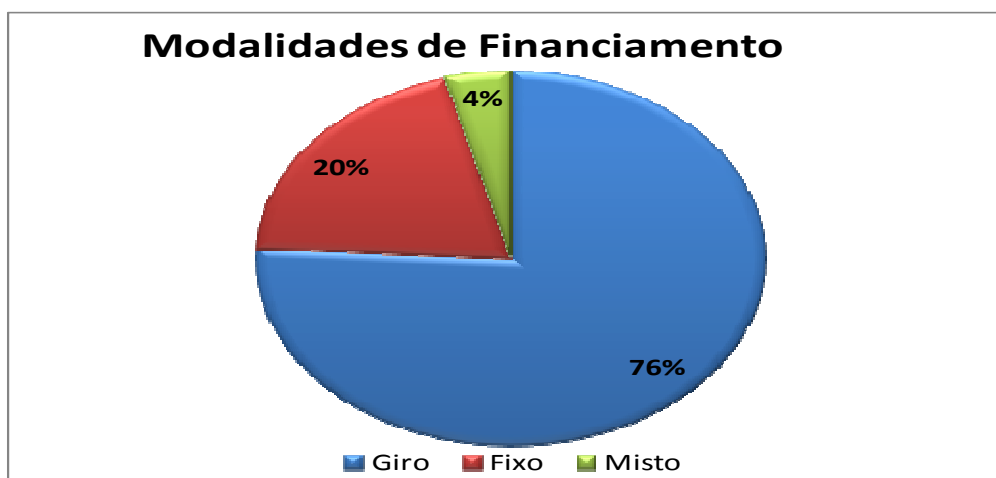
Vlr. em R\$

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VLR LIBERADO	% REL
1	PALMAS	5.388.900	81,65%
2	CONCEIÇÃO DO TO	500.000	7,58%
3	DIANÓPOLIS	215.186	3,26%
4	CHAPADA DA NATIVIDADE	180.000	2,73%
5	BREJINHO DE NAZARÉ	100.000	1,52%
6	ARAGUAÍNA	85.000	1,29%
7	CRISTALÂNDIA	29.000	0,44%
8	MIRACEMA DO TOCANTINS	22.000	0,33%
9	DUERÉ	20.000	0,30%
10	MIRANORTE	16.000	0,24%
11	MARIANÓPOLIS	15.000	0,23%
12	FORMOSO DO ARAGUAIA	11.300	0,17%
13	PARAÍSO DO TOCANTINS	10.000	0,15%
14	CARIRI DO TOCANTINS	8.000	0,12%
TOTAL GERAL		6.600.386	100,00%



▪ Modalidades de Financiamento

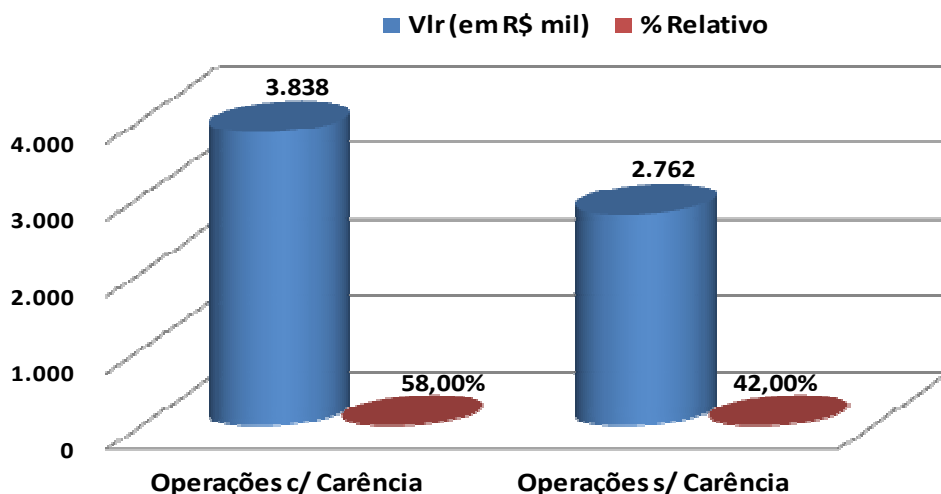
Com relação à modalidade de financiamento, 76% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro, 20% como investimento fixo e apenas 4% para o investimento misto, que é o capital de giro associado ao investimento fixo:



▪ Prazo e Carência nas Operações de Crédito

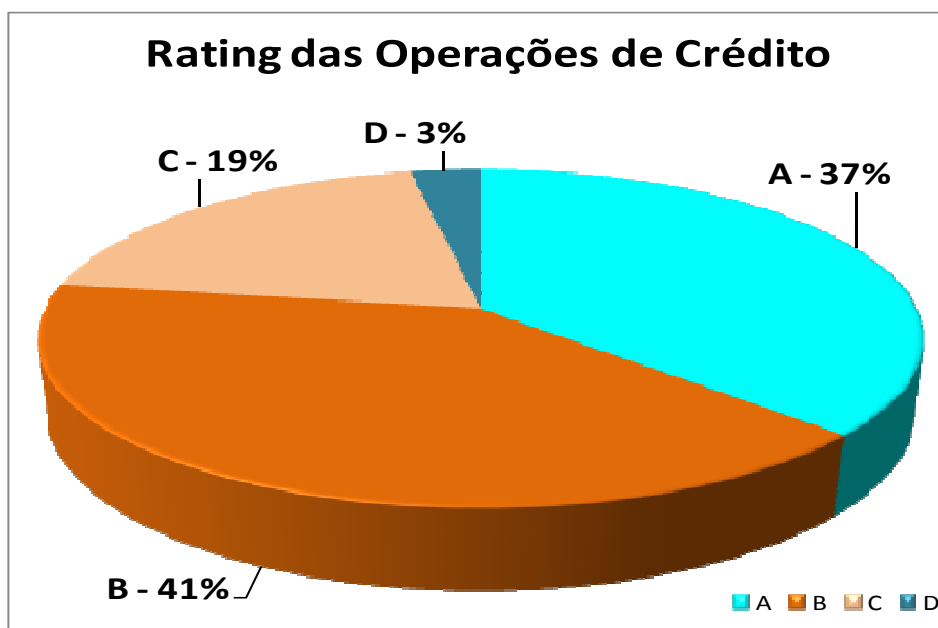
O prazo médio de amortização das operações de crédito do 1.º semestre de 2015 é de 30 meses. Desse montante, R\$ 3.838 milhões foram liberados com carência, distribuídos em 10 operações de crédito (média de R\$ 384 mil por operação), representando 58% do total liberado, ao passo que R\$ 2.762 milhões foram concretizados sem carência, distribuídos em 35 operações de crédito (média de R\$ 79 mil por operação), representando 42% do montante liberado e também proporcionando que o capital financeiro retorne mais rápido ao cofre da instituição:

Carência nas Operações de Crédito



Rating das Operações de Crédito

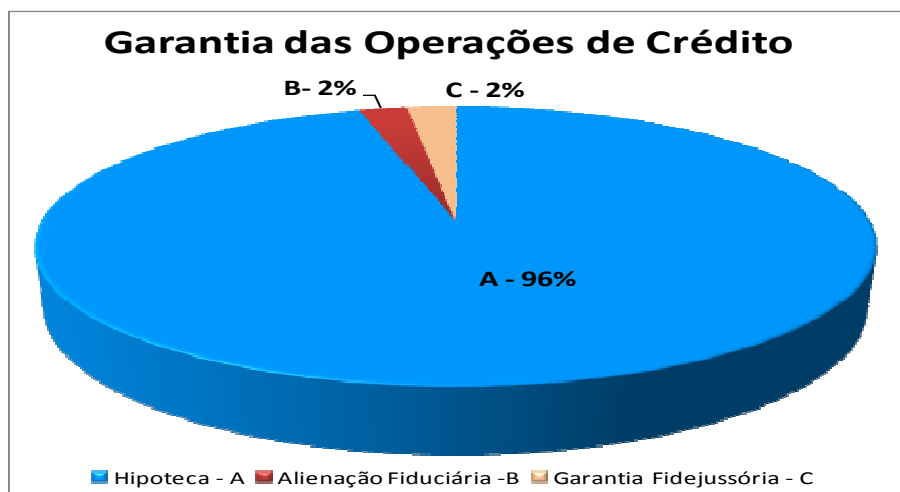
Ressaltamos que 78% das operações liberadas estão classificadas entre o nível de risco inicial **A e B**, 19% estão concentradas no nível de risco **C** e apenas 3% em **D**. Demonstrando, dessa forma, que a instituição continua, graças ao seu sistema de análise de crédito, liberando em sua maioria créditos com baixa provisão, baixo risco e com boa qualidade para compor sua Carteira Ativa:





▪ Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, destacamos que 96% das operações de crédito estão lastreadas por hipoteca de imóveis urbanos e rurais, enquanto apenas 2% em alienação fiduciária e 2% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 98% dos créditos liberados foram avalizados por garantias de melhor liquidez (garantias reais) e que apenas 2% das operações desse período foram contratadas com garantia fidejussória (aval).



Repasse de Recursos do BNDES

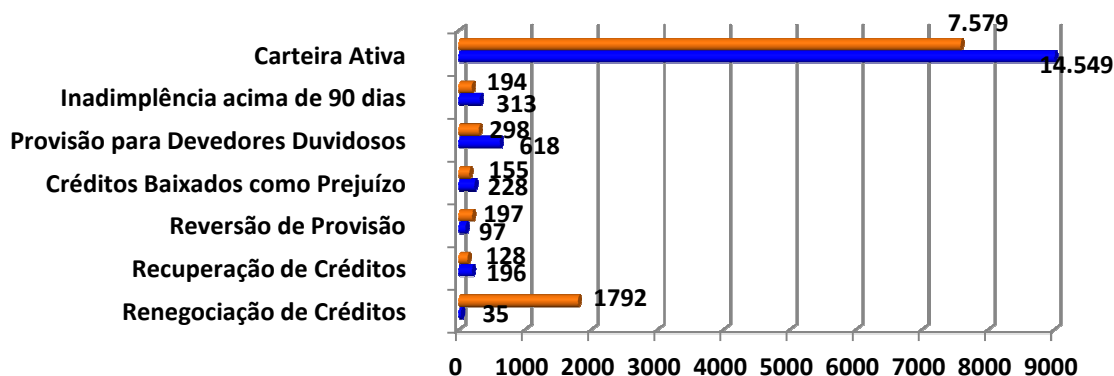
A Agência de Fomento tem operações realizadas de recursos oriundos do BNDES, para apoio e financiamento de projetos do setor privado. Isso foi feito por meio das linhas Comércio/Serviços MPME BK e Comércio/Serviços MPME Ônibus e Caminhões, além de outros programas relacionados à sua missão. A empresa atua sempre em conformidade com suas diretrizes estratégicas e respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do Sistema Financeiro Nacional.

▪ Gestão da Carteira de Créditos



Gestão da Carteira de Créditos (Em R\$ Mil)

■ 1.º Semestre. 2014 ■ 1.º Semestre. 2015



No 1º semestre de 2015 a Carteira Ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 14.548.664,38, superior aos R\$ 7.578.881,97 do 1º semestre de 2014, havendo um aumento de R\$ 6.969.782,41, sendo 91,96% superior ao mesmo período do semestre anterior.

O saldo das parcelas vencidas há mais de 90 dias registrou R\$ 313.374,99 de inadimplência, superior aos R\$ 193.910,74 do 1º semestre de 2014, alterando o índice de inadimplência da carteira ativa de 2,56% para 2,15%. Mesmo com o aumento saldo das parcelas vencidas há mais de 90 dias, houve uma redução no índice de inadimplência que se dá pelos seguintes fatores; aumento da Carteira Ativa, a migração dos créditos da carteira ativa para a Carteira de Créditos Baixados como prejuízo, como também de renegociações e de recebimentos de créditos inadimplentes da Carteira Ativa.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante semestral de R\$ 228.095,26 contra os R\$ 155.014,45 do 1º semestre de 2014, sendo 32,04% superior.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa encerrou este semestre com R\$ 618.150,99, sendo 107,52% maior que o valor provisionado no 1º semestre de 2014, que registrou R\$ 297.879,72. Este resultado se deu em virtude do aumento nas liberações efetivadas no 1º semestre de 2015, onde cada contrato liberado tem seu percentual de provisão conforme o rating que o cliente foi classificado. Como também de créditos inadimplentes que geram provisão por atrasos nos pagamentos.



A Reversão de Provisão das Operações de Crédito somou R\$ 97.320,66 neste semestre, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados e que, ao receber tais valores, conseqüentemente, aumenta a reversão, reduz o saldo das provisões em carteira ativa e contribui para o resultado financeiro e econômico da instituição.

Dos créditos que foram baixados como prejuízo foram recuperados R\$ 195.650,84, face aos R\$ 128.468,36 recuperados no 1º semestre de 2014, representando 52,29% maior, resultado bastante significativo para a instituição, já que a carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que diminui as chances de recebimento de uma dívida. Portanto, o resultado desta carteira, tanto no 1º semestre de 2014 quanto no 1º semestre de 2015, tem contribuído positivamente para o resultado financeiro da instituição.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 34.914,40, inferior aos R\$ 1.801.741,03 renegociados no 1º semestre de 2014.

Desta forma, conclui-se que a Carteira Ativa e a Carteira de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, demonstraram melhores desempenhos neste 1º semestre de 2015, ao passo que as carteiras de Reversão de Provisão, Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociação, Provisão para Devedores Duvidosos e a Carteira de Inadimplência tiveram melhores desempenhos no 1º semestre de 2014.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As Receitas totalizaram R\$ 2.433 mil no semestre de 2015, confirmando-se um aumento de R\$ 380 mil (18%), se comparadas ao mesmo período de 2014 que foi de R\$ 2.053.

As receitas provenientes de operações de crédito cresceram no 1º semestre de 2015 R\$ 436 mil, ou seja, 56% se comparadas ao mesmo período anterior. Entretanto os rendimentos provenientes de aplicações em TVM tiveram uma redução de R\$ 26 mil (3%), se comparados com o semestre anterior.

As Despesas do 1º semestre de 2015 somaram R\$ 2.893 mil, confirmando um acréscimo de R\$ 1.034 mil (56%), comparando com o 1º semestre de 2014 que

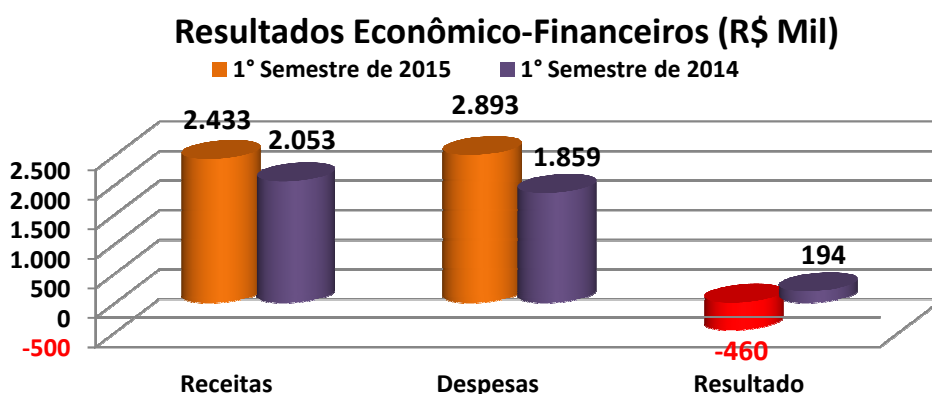


totalizou R\$ 1.859 mil. Nesse feito, a conta Provisão para Operações de Crédito e a Folha de Salários foram as que sofreram maior variação:

- A Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa teve um acréscimo de R\$ 320 mil em 30/06/2015, representado 107% em relação ao mesmo período anterior. Essas provisões foram constituídas para absorver prováveis perdas, de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99.
- despesas com pessoal consequente pelo reajuste salarial que não sofria melhorias desde 2005 e também as contratações de novos funcionários, necessários para atender à estratégia de qualificação do quadro e expansão das atividades.

Foram contabilizados também como prejuízos nesse 1º semestre de 2015, em cumprimento à Resolução CMN nº. 2.682/99, todos os créditos inadimplentes há mais de 360 dias, que totalizaram a importância de R\$ 228 mil.

Assim, o resultado do 1º semestre de 2015 foi um prejuízo de R\$ 460 mil, impactado, principalmente, pelo acréscimo da constituição da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, reestruturação e melhorias no quadro de funcionários e a redução dos rendimentos da aplicação em Títulos e Valores Mobiliários.



O Patrimônio Líquido do 1º semestre de 2015 finalizou com o saldo de R\$ 26.037 mil, distribuído em R\$ 26.823 mil de Capital Social subscrito, R\$ 26.789 Capital Social integralizado, R\$ 153 mil de Reserva Legal e R\$ 904 de prejuízo



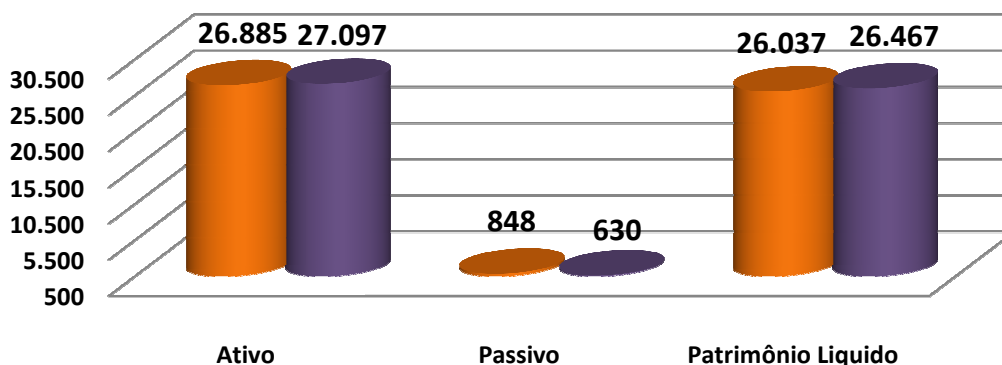
acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 848 mil, sendo que 16% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasse do BNDES, que totalizam R\$ 136 mil e R\$ 712 mil são outras obrigações, com funcionários, impostos sobre os lucros e fornecedores.

Os ativos totais da Agência de Fomento apresentaram saldo de R\$ 26.885 mil em junho de 2015. Deste total, 46,48% são representados pela carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreada em títulos públicos federais), e 51,30% pela carteira de crédito. Os demais ativos representam apenas 2,22%.

O coeficiente de adequação de capital apurado em junho de 2015 foi de 187%. Esse índice é menor que nos períodos anteriores, mas está em patamar confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%.

Balanco Patrimonial (R\$ Mil)

■ 1º Semestre de 2015 ■ 1º Semestre de 2014



AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS.

1. Das disposições comuns a todas as unidades organizacionais.

Regimento Interno da Agencia de Fomento do Estado do Tocantins S.A, norteado pela Resolução nº 054, de 09 de junho de 2009, delibera as atribuições



desempenhadas pelas áreas afins de toda companhia. Neste sentido, a auditoria interna busca mais uma vez mostrar o seu papel e responsabilidades a ela atribuídas conforme norma interna.

2. Auditor interno na execução das suas atividades.

No seu artigo 17º, a Auditoria Interna tem como missão assessorar a Administração da Agência de Fomento no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente, eficiente e eficaz, averiguando se os procedimentos adotados estão de acordo com as normas estabelecidas pela instituição, bem como àquelas a que está subordinada. O artigo 18º elenca suas atividades, onde diz primeiramente que, compete à Auditoria Interna: assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, financeira, de material, patrimônio, operacional e de pessoal, objetivando eficiência, eficácia, efetividade e o cumprimento da legislação pertinente;

Segundo as normas brasileiras de contabilidade NBC-TI-01 – Normas Profissionais do Auditor Interno, esta norma trata da atividade e dos procedimentos de Auditoria Interna, que compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.



Os testes de observância visam a obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

3. Reestruturação com eficiência e eficácia

A administração atual tem como missão principal a reestruturação da companhia, buscando novos investimentos, disseminar a missão institucional, seus objetivos geral e específicos, difundir seus produtos e principalmente priorizar o programa de treinamento e capacitação dos seus colaboradores nas mais diversas áreas, ação que será revestida na valorização funcional e na dinamização dos processos administrativos e melhorias no desempenho das atividades setoriais.

Estas metas continuam sendo priorizadas e implementadas, onde vários colaboradores já participaram de cursos de capacitação e treinamento neste primeiro semestre, várias outras ações estão sendo desenvolvidas para melhoria e desenvolvimento da companhia e dos seus colaboradores com a mudança da companhia para nova sede. Tal mudança teve como objetivo principal aumentar a capacidade de atendimento ao público e oferecer maior celeridade e conforto aos clientes e colaboradores.

4. Atividades desenvolvidas pela auditoria interna no primeiro semestre

A Auditoria Interna vem desenvolvendo suas atividades no decorrer do exercício baseado no cronograma de atividades desenvolvido para o ano de 2015. Neste primeiro semestre a produziu algumas recomendações à administração, entre elas: a regulamentação do suprimento de fundos, atualização das informações na página Home Page exigidas pela a Lei Federal nº 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 4.839/2013, que regula o acesso à informação, acompanhamento contrato de financiamento via repasse do Projeto ISA/BNDES na ação “Atuação no Interior” junto à Coordenadoria de Normas e Planejamentos, entre outras atividades apresentadas nos relatórios das atividades desenvolvidas pela no 1º semestre. Cumprindo agenda do cronograma de atividades da Auditoria Interna para o exercício de 2015, realizamos inspeção na Gerência Administrativa e Gestão de Pessoas/Coordenadoria Administrativa com o objetivo de verificar o



cumprimento das atribuições dos setores, através dos registros do RH. Conforme relatório de inspeção nº 05/2015.

Atuando preventivamente junto aos setores quanto ao cumprimento e aplicabilidade das normas e procedimentos adotados, a fim de melhorar o controle e o monitoramento, bem como conscientizando as áreas quanto à aplicação da legislação no desempenho das atividades, priorizando os princípios da legalidade, moralidade, eficácia e eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agência de Fomento do Tocantins, apesar do resultado negativo neste semestre, observa resultados otimistas com a intensificação das recuperações de créditos e alavancagem da carteira com operações de maiores vultos e menores riscos. Dessa forma, caminha em direção ao alcance de sua sustentabilidade econômico-financeira, buscando legitimar-se como agente de fomento e articuladora para a aceleração do desenvolvimento, garantindo o entendimento e o provimento das necessidades dos empreendimentos do Estado do Tocantins que estejam pautados no compromisso com a responsabilidade sócio-ambiental.

Desta forma, a instituição segue certa do cumprimento de sua missão, buscando legitimar-se cada vez mais como indutora da aceleração do desenvolvimento do Estado do Tocantins.

AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e de toda sua equipe, pelo encaminhamento dos assuntos de interesse da sociedade tocantinense que tem envolvido cada vez mais a Agência de Fomento em sua missão. Reconhecemos ainda o trabalho articulado dos demais Acionistas, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que têm contribuído bastante no processo de reestruturação organizacional e modernização institucional em curso.



GOVERNO DO
ESTADO DO TOCANTINS
www.to.gov.br

AGÊNCIA DE FOMENTO
DO ESTADO DO TOCANTINS S/A
www.fomento.to.gov.br

Finalmente, todos esses avanços creditamos ao grupo de funcionários altamente qualificados da Agência de Fomento que, de forma consciente, abraçou o desafio de realizar a missão da fomento, assumindo as transformações necessárias para este míster.

Palmas - TO, 10 de Agosto de 2014.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANTONIO JOSÉ GUERRA
Diretor Administrativo-Financeiro

MAURILIO RICARDO ARAUJO LIMA
Superintendente Executivo